

 **Texto**  
para discussão

**248**

**Nota sobre o pensamento de  
Ellen Meiksins Wood**

**Eduardo Barros Mariutti**

**Dezembro 2014**

Instituto de Economia  
**UNICAMP** 

## Nota sobre o pensamento de Ellen Meiksins Wood

*Eduardo Barros Mariutti*

### Resumo

O objetivo deste texto é discutir as implicações do modo como Ellen Wood concebe a “autonomização” da esfera econômica como um dos traços distintivos do capitalismo.

**Palavras-chave:** Materialismo histórico; Socialismo; Crítica da economia política.

A obra de Ellen Meiksins Wood se mostra cada vez mais fundamental na urgente tarefa de *repensar* o materialismo histórico como base para uma crítica radical ao capitalismo com vistas à sua superação. É este o princípio que dá alguma unidade ao seu pensamento. Nele se destacam pelo menos duas grandes referências: a transição do feudalismo ao capitalismo<sup>1</sup> e, vista sob este prisma, a questão da forma e da natureza das relações entre a dimensão da economia e da política<sup>2</sup>. É dentro deste quadro geral que a autora busca articular temas tão variados como, por exemplo, a polêmica sobre a noção de liberdade na Grécia<sup>3</sup>, o pós-modernismo<sup>4</sup>, as relações entre capitalismo e democracia<sup>5</sup> e o “imperialismo capitalista”<sup>6</sup>. O objetivo básico deste artigo é refletir sobre a visão de Ellen Wood sobre as relações entre a “economia desenraizada” e a esfera da política. Por conta disso, no que diz respeito à formação do capitalismo, privilegiarei aqui apenas os aspectos que se relacionam com o tema da autonomização do econômico.

Quem tem alguma familiaridade com o debate marxista sobre a transição deve ter percebido que a base da interpretação de Ellen Wood é de terceira mão: o horizonte geral fica dentro dos marcos estabelecidos originalmente por Perry Anderson em *Passages from Antiquity to Feudalism* e, de forma mais direta e elegante em *Lineages of the Absolutist State*. Robert Brenner, um de seus mais célebres

---

(1) Cf. *The Pristine Culture of Capitalism: A Historical Essay on Old Regimes and Modern States*, Londres: Verso, 1991; *The Origin of Capitalism: a longer view*. London: Verso, 2002 (ed. Original: Monthly Review Press, 1999); *A Trumpet of Sedition: Political Theory and the Rise of Capitalism, 1509-1688*. London; New York: Pluto & New York University Press, 1997 (com Neal Wood); “The Agrarian Origins of Capitalism”, *Monthly Review*, v. 50, n. 3, p. 14-31, 1998.

(2) cf. Larry Patrikin. *The Ellen Meikins Wood Reader* Brill: Leinden, 2012 p.1-17; Darlan Montenegro. A Separação entre o econômico e o político e a questão da democracia no pensamento de Ellen M. Wood. *Crítica Marxista*, n. 34, 2012.

(3) Cf. *Class Ideology and Ancient Political Theory: Socrates, Plato, and Aristotle in Social Context*. New York: Oxford University Press, 1972 (Com Neal Wood); *Peasant-Citizen and Slave: The Foundations of Athenian Democracy*. London: Verso, 1988.

(4) “Modernity, Postmodernity, or Capitalism?” *Monthly Review*, v. 48, n. 3, p. 21-39, 1996; “What Is the “Postmodern” Agenda?”. In: J. Bellamy Foster & Ellen Wood (Org.). *In Defense of History: Marxism and the Postmodern Agenda*. New York: Monthly Review Press, 1997.

(5) *Democracy Against Capitalism*. Cambridge: Cambridge U. Press, 1995.

(6) *O Império do Capital*. São Paulo: Boitempo, 2014 (ed. original: *Empire of Capital*. London: Verso, 2003).

epígonos, sistematizou – e empobreceu – a discussão, condensando o sofisticado argumento básico de Anderson no conceito de “acumulação política” que, a seu ver, conduziu à formação do Estado Feudal. Na sequência, para explicar as diferentes trajetórias trilhadas durante a crise do feudalismo, Brenner desenvolveu uma espécie de *tipologia* das relações sociais de propriedade em disputa na era moderna, dando ênfase à contraposição entre a França e Inglaterra, em contraste com o “capitalismo comercial” holandês. Posteriormente, Brenner sistematizou ainda mas esse traço do seu pensamento, *reforçando* a tendência anterior, isto é, de propor uma extravagante análise combinatória centrada na variação das *social-property relations*<sup>7</sup>. O argumento básico é o seguinte: as diferentes relações sociais de propriedade geram os *limites* e as possibilidades dentre os quais os atores econômicos (indivíduos e famílias) interagem. Isto gera *regras de reprodução*, isto é, as possíveis estratégias econômicas seguidas pelos atores que, por sua vez, produzem certos *padrões de desenvolvimento*. É a partir daí – sem questionar ou tentar ultrapassar esses marcos – que, com alguma entonação própria, Ellen Wood adentra na discussão, *justapondo* ao modelo básico desenhado por Brenner outras temáticas<sup>8</sup>.

É essa via duvidosa que conduziu Ellen Wood ao tema que pretendo analisar aqui de forma mais detida. Não é difícil notar que a sua noção de que o capitalismo é baseado na diferenciação da esfera econômica deriva quase automaticamente das implicações do conceito de “acumulação política”, tal como ele aparece na interpretação de Robert Brenner. Dentro das relações sociais de propriedade típicas do feudalismo, a forma de espoliação era diretamente política, isto é, fundada em um sistema de coação descentralizado, cristalizado nas relações de servidão. A passagem dessa forma descentralizada de coação para a dominação estatal – uma forma de coação *indireta, centrada nos impostos* – levou o desenvolvimento feudal ao seu limite lógico, transpondo os conflitos sociais para um novo patamar. Frente a este cenário de tensões crescentes, e tendo como referência a estrutura das relações de classe (isto é: as disposições das relações sociais de propriedade), cada região tomou uma direção particular, onde se sobressaiu a “resposta” inglesa: ao gerar “internamente” um conjunto de relações de propriedade especificamente capitalistas no campo, a Inglaterra abriu o caminho para uma via de acumulação centrada predominantemente em *imperativos “econômicos”* que, no final, culminou na Revolução Industrial e na

---

(7) Brenner prefere este termo à “relações de produção” pois ele, em geral, tem como base duas tendências: i) tomar estas relações como uma simples derivação da forma de organização do processo de trabalho; ii) a tendência é levar em conta predominantemente a relação *vertical* de dominação entre as classes, deixando de lado ou em segundo plano os constrangimentos das relações *horizontais* de classe, isto é, as relações entre os exploradores e entre os produtores diretos. cf. Robert Brenner “Property and Progress: where Adam Smith went wrong”, Mimeo, p. 8-9 (Essa mesma formulação já aparece em “The Social Basis of Economic Development”, in John Roemer, Org. *Analytical Marxism*, Cambridge: Cambridge University Press, 1986.) A ideia, em si, é boa. O problema é que, no fim das contas, Brenner simplesmente *complica* um modelo básico (a “clássica” tipologia baseada nas relações de produção vs forças produtivas), preservando uma forma de raciocínio essencialmente esquemática e que não enfrenta o problema fundamental da relação contraditória entre estrutura e sujeito.

(8) cf. *The Origin of Capitalism* op. cit. parte III. É bastante frouxa a integração entre essa tipologia e, por exemplo, a discussão sobre a modernidade e o pós-modernismo.

consolidação e generalização do processo de autonomização da esfera econômica<sup>9</sup>. Logo, ao *separar* a economia das demais dimensões da realidade, o capitalismo criou não somente uma *nova forma de exploração* – diretamente econômica e indiretamente “política” – do trabalho, mas também engendrou uma *forma peculiar* de rivalidade interestatal, a qual decorre do *descolamento* entre o escopo limitado do poder extraeconômico dos Estados Territoriais e o alcance mais vasto do capital.

### A diferenciação da economia

O pilar fundamental do argumento supracitado repousa na ideia de que o capitalismo baseia-se na *autonomização da esfera econômica*:

Existe mesmo um sentido em que somente o capitalismo tem uma esfera ‘econômica’. Isso se dá porque o poder econômico é separado do poder político ou da força militar e porque somente no capitalismo o ‘mercado’ tem uma força própria, que impõe a todos, capitalistas e trabalhadores, certos requisitos sistêmicos impessoais de concorrência, acumulação e maximização de lucros<sup>10</sup>.

Isto é, em sua formação, ao “desenraizar” a economia das demais dimensões da realidade social, o modo de produção capitalista gestou uma *forma específica* de articulação entre o domínio da “política” e o da economia.

A diferenciação da esfera econômica no capitalismo pode, portanto, ser assim resumida: as funções sociais da produção e distribuição, extração e apropriação do excedente, e a alocação do trabalho social são, por assim dizer, privatizadas e obtidas por meios não-autoritários e não-políticos. Em outras palavras, a alocação social de recursos e de trabalho não ocorre por comando político, por determinação comunitária, por hereditariedade, costumes nem por obrigação religiosa, mas pelos mecanismos do intercâmbio de mercadorias. Os poderes de apropriação de mais-valor e de exploração não repousam diretamente nas relações de dependência jurídica ou política, mas sim numa relação contratual entre produtores livres – juridicamente livres e livres dos meios de produção – e um apropriador que tem a propriedade privada absoluta dos meios de produção<sup>11</sup>.

Essa diferenciação representa, *em parte*, uma separação entre o “momento” da coerção e o “momento” da apropriação, mas que se *integram* na reprodução da sociedade capitalista.

---

(9) Uma passagem deixa bem claro o seu argumento: “O capitalismo é movido exclusivamente por imperativos econômicos: de um lado, a falta de propriedade dos produtores, que os leva a vender sua força de trabalho em troca de salário, e, de outro, a sujeição dos apropriadores às compulsões do mercado que os obrigam a competir e acumular. Mas esses imperativos econômicos exigem força extraeconômica para serem implantados e sustentados. A transplantação dos imperativos econômicos da Inglaterra para seus territórios imperiais ocorreu inicialmente por meio de expropriação colonial e fundação de colônias pela força. *O efeito dos imperativos capitalistas que emanavam da sede do império foi, acima de tudo, o que distinguiu o imperialismo inglês de outros projetos coloniais*; e, quaisquer que sejam os debates entre historiadores sobre a contribuição do império para o desenvolvimento do capitalismo britânico, parece indiscutível que o desenvolvimento do capitalismo determinou a forma do imperialismo britânico” (Ellen Wood. *Império do Capital*. op. cit. p. 75 – Grifo meu).

(10) Ibid p. 22.

(11) *Democracy Against...* op. cit. p. 29.

A separação entre os meios de produção e o trabalho – que *pressupõe* a eficácia das formas jurídicas, ideológicas e dos demais aparelhos de repressão – geram a coação imediata sobre o trabalhador e, simultaneamente, *mistificam* essa expropriação, tornando *opaca* a relação *de classe* entre o capital e o trabalho. Essa separação é fundamental, na exata medida em que ela possibilita compreender o modo como o *desenraizamento* da economia gesta uma sociedade de mercado que, ao se consolidar, dissolve ou subordina as demais formas de sociabilidade à sua lógica<sup>12</sup>. Além disso, a partir daí, torna-se possível compreender com mais clareza o modo como o capitalismo redefine as formas de coerção pretéritas, sempre a serviço da mercadorização do homem e da natureza.

O ponto decisivo é que a “autonomização” do econômico não deve ser entendida como se esta esfera determinasse diretamente (ou “em última instância”) as demais ou, alternativamente, como se ela se relacionasse *externamente* com as outras esferas. No capitalismo é a “esfera econômica” que *articula* as demais, isto é, que se converte no *núcleo* a partir do qual se irradiam as demais instâncias, as quais se consubstanciam em um conjunto peculiar de relações sociais. E é exatamente por isso que, como insiste Edward P. Thompson, *não é possível descrever* um modo de produção (o capitalista inclusive) em *termos econômicos*, no sentido da ciência econômica, pois o capital é uma relação social que *integra simultaneamente* todas as dimensões da realidade (é uma forma de exploração, modula de forma peculiar a cultura e a ideologia, etc.). Se partirmos desse ponto de vista, é possível mudar o sentido da ambígua expressão *forma econômica*, dissociando-a de suas implicações economicistas. Visto deste prisma, a proposta de Ellen Wood de “renovar” o materialismo histórico é fundamental. Vamos apontar agora as suas implicações.

Em primeiro lugar, como já adiantei, é possível reforçar o papel estruturante do “fetiche da mercadoria” na organização e reprodução da sociedade capitalista, tanto no interior dos Estados nacionais como no plano internacional, isto é, onde vigora o “imperialismo capitalista”. Com isso é possível se esquivar dos artifícios ideológicos da economia vulgar que separa a Economia da Política em um sentido muito distinto: *esvaziando* os conteúdos sociais e políticos da economia para, desse modo, *naturalizar* o mercado capitalista. Essa formulação põe em questão também a metáfora da “base econômica” e superestrutura que, infelizmente, aprisionou parte do pensamento marxista às armadilhas do economicismo<sup>13</sup>. Logo, explicitar teoricamente de *que modo* e em que sentido o capitalismo “separa” a economia da política – para, imediatamente, reatar essas duas dimensões no movimento concreto da sociedade – é uma tarefa de implicações táticas evidentes na luta pelo socialismo<sup>14</sup>. O argumento é cristalino: um modo de produção é também um *modo de exploração* e, portanto, não faz sentido *dissociar* a “base econômica” da superestrutura, como se esta fosse um reflexo daquela. O foco deve incidir,

---

(12) Neste ponto é importante salientar o modo engenhoso como ela integra as reflexões de Edward Thompson. Cf. *Democracy Against...* op. cit. p. 59-67.

(13) *ibid* p. 22-3.

(14) Cf. *Democracy Against...* op. cit. p. 19-26.

portanto, nas práticas e lutas sociais concretas que estruturam de forma contraditória um dado modo de produção.

Uma segunda implicação do modo como ela concebe o duplo caráter da diferenciação da economia (isto é, ao mesmo tempo *ilusório* e efetivo)<sup>15</sup> é a necessidade de repensar radicalmente a democracia. E aqui ela realmente tem muito a oferecer. Boa parte das atividades humanas essenciais *ficam isoladas* do alcance das deliberações democráticas *exatamente* por serem concebidas como “parte” da esfera econômica, no sentido mistificador e vulgar da palavra. Logo, é exatamente a diferenciação do econômico que – na linha da economia política vulgar – torna possível, por exemplo, *dissociar* na prática a questão da cidadania do problema da *geração* e da distribuição do produto social. Essa dissociação é quase absoluta nas variantes mais contemporâneas do pensamento liberal, onde a ênfase na liberdade (privada) do indivíduo é feita essencialmente *contra* a promoção da igualdade nas posses e oportunidades. Nesse caso, a ênfase recai no reforço da esfera privada que, pela transformação das funções e na orientação do Estado (defender a qualidade da moeda, garantia dos direitos de propriedade, etc.), fica blindada de qualquer tentativa efetiva de ampliar os direitos de cidadania. Essa mesma dissociação se manifesta também nos movimentos operários modernos que, na prática, aceitam o “economicismo” – isto é, a transformação de conflitos “políticos” em “econômicos”<sup>16</sup> – ao concentrar a sua luta exclusivamente na melhoria dos salários e condições do trabalho<sup>17</sup>.

Esse mesmo economicismo se manifesta, sob uma coloração distinta, na recente ressurreição do desenvolvimentismo que, na prática, não passa da degradação da “velha” Economia Política em Política Econômica. No caso, a reflexão fica presa a duas miragens: de um lado o mito do capitalismo civilizado e, de outro, a defesa de uma “burguesia produtiva nacional”. A “politização” da discussão fica restrita à uma defesa difusa sobre a importância do regionalismo e de alianças entre os países “em desenvolvimento”,

---

(15) Darlan Montenegro resume muito bem esse aspecto do pensamento de Ellen Wood: “Essa separação, em seu duplo aspecto real e ilusório, configuraria um mecanismo de defesa essencial à manutenção da ordem social capitalista, na medida em que impede que se perceba o conteúdo especificamente político da dominação burguesa. A ideia de liberdade, estabelecida ao nível jurídico, sem qualquer correspondência com a estrutura social e econômica, dificulta a compreensão de que, despojados dos meios necessários à sua sobrevivência, homens e mulheres não possuem, no que diz respeito à necessidade de reprodução de sua própria existência, liberdade alguma. Estão forçados a buscar, no mercado, quem compre a única mercadoria de que dispõem: sua força de trabalho.” *A Separação entre...* op. cit. p. 115.

16 Cf. *Democracy against...* op. cit. p. 44-8. Essa distinção crua e quase dicotômica entre a dimensão “política” e a “econômica” é, infelizmente, um efeito colateral nocivo da filiação ao “marxismo político” inspirado por Brenner. Mas, a despeito dessas trapalhadas, a meu ver, a direção inicialmente divisada por Ellen Wood é bastante frutífera.

17 Ellen Wood é incisiva: “*This differentiation is, of course, not simply a theoretical but a practical problem. It has had a very immediate practical expression in the separation of economic and political struggles which has typified modern working-class movements. For many revolutionary socialists, this has represented nothing more than the product of a misguided, ‘underdeveloped’, or ‘false’ consciousness. If there were nothing more to it than that, it might be easier to overcome; but what has made working-class ‘economism’ so tenacious is that it does correspond to the realities of capitalism, to the ways in which capitalist appropriation and exploitation actually do divide the arenas of economic and political action, and actually do transform certain essential political issues - struggles over domination and exploitation which have in the past been inextricably bound up with political power - into distinctively ‘economic’ issues. This ‘structural’ separation may, indeed, be the most effective defense mechanism available to capital.*” Ibid, p. 19-20.

pontilhadas por receitas de Política Econômica orientadas ao “crescimento econômico” com alguma distribuição de renda<sup>18</sup>. Em suma: não se questionam as *causas* da desigualdade e, essencialmente, o modo como este problema se vincula com a limitação estrutural da Democracia no capitalismo. Logo, para preencher o hiato entre o econômico e o “político” – isto é, encontrar o *tipo* de Democracia compatível com o socialismo - é necessário reformular radicalmente os termos do problema. E, para esta tarefa, com algumas retificações, a perspectiva de Ellen Wood é importante e merece uma atenção especial.

### Observações Finais

Como tentei destacar, a obra de Ellen Wood é uma referência obrigatória para se repensar o materialismo histórico e, essencialmente, refletir sobre a prática política da esquerda em um período marcado por crescentes tensões sociais. No entanto, a despeito da sofisticação, amplitude e qualidade do seu pensamento, nele ressoam ecos de um formalismo despropositado, que gera fricções e ruídos desnecessários. A raiz do problema deriva da sua obsessão pela tese da centralidade da Inglaterra na formação do capitalismo, a única nação que gestou *internamente* as relações sociais de propriedade especificamente capitalistas. A seguinte passagem é bastante ilustrativa:

O desenvolvimento dos rivais da Grã-Bretanha, como Alemanha e França, foi movido por um mecanismo diferente daquele que moveu a ascensão do capitalismo britânico. Quando o capitalismo surgiu no campo inglês, a Inglaterra era sem dúvida parte do sistema comercial europeu e estava presa às mesmas rivalidades geopolíticas e militares dos seus vizinhos. Mas ela se distinguiu pelas relações sociais internas de propriedade que impeliam a partir de dentro o desenvolvimento econômico de maneiras específicas; e a industrialização britânica foi movida pelos imperativos colocados em movimento pelo capitalismo agrário. Em comparação, o desenvolvimento e a do capitalismo e da industrialização na França e na Alemanha respondeu mais às pressões externas do que internas. A força motriz não veio das relações sociais internas de propriedade, impondo os imperativos capitalistas de competição, acumulação de capital e aumento da produtividade do trabalho, mas, pelo contrário, das mesmas rivalidades geopolíticas e militares – e de suas consequências comerciais -, que prevaleceram nas economias e nos Estados não capitalistas da Europa. O que mudou não foram apenas as relações sociais alemãs e francesas no país, mas a natureza do desafio externo<sup>19</sup>.

A Grã-Bretanha gesta internamente um tipo novo de “desenvolvimento” – centrado em *imperativos “econômicos”* – que, pelo seu sucesso, transformou as relações internacionais e, por fim, pressionou indiretamente os demais países – cada um a seu modo - a adotá-lo.

Uma última citação deixa ainda mais flagrantes as características – e as limitações – desta obsessão pela Inglaterra. Para preservar o mito da Grã-Bretanha como parteira do capitalismo, Ellen Wood assume a tarefa de tentar provar – desesperadamente, seguindo a trilha aberta por Brenner – que a Holanda do

---

(18) É sintomática dentre os desenvolvimentistas a defesa implícita da “velha política”, especialmente no que diz respeito à corrupção estrutural: “eles” puderam, porque nós não podemos?

(19) *O Império do Capital* op. cit. p. 94 – grifo meu.

século XVII não era capitalista e, simultaneamente, não exerceu nenhum papel *fundamental* na transição ao capitalismo:

Esse grau sem precedentes de comercialização e a penetração das relações de comércio nas economias rural e urbana podem sugerir um capitalismo razoavelmente desenvolvido. Ainda assim a República Holandesa, de muitas formas fundamentais, operava de acordo com princípios familiares não capitalistas, acima de tudo na sua dependência dos poderes extraeconômicos de apropriação. Em particular, sua dominação comercial não foi conquistada à maneira de um empreendimento capitalista, em resposta a pressões de preço/custo num mercado competitivo em que a vantagem depende da produtividade crescente do trabalho. A supremacia holandesa, tal como a de impérios comerciais anteriores, dependeu em grande parte de vários tipos de superioridade extraeconômica, particularmente em navegação e tecnologia militar<sup>20</sup>.

Aqui cai por terra toda a sua sofisticada reflexão sobre a necessidade de transcender a metáfora da base e da superestrutura para dar conta do *imbricamento* das várias esferas da vida social no movimento do capital. Nesse ponto ela sai da rota inspirada por Thompson para incorporar o que Robert Brenner e o “marxismo político” tem de pior.

Tenho minhas dúvidas de que a marca do capitalismo *como modo de produção* seja a preponderância de *empreendimentos* que, sujeitos a mercados competitivos, sobrevivem graças às vantagens decorrentes da instauração - pela inovação - de métodos de produção que elevam a produtividade do trabalho para acumular riquezas. Entender a “autonomização” do econômico *nestes termos* é um claro recuo. É exatamente por essa brecha que ocorre o contágio de falácias keynesianas como, por exemplo, o fim iminente do problema econômico ou as críticas à “financeirização” como uma perversão do capitalismo, sanada com a “eutanásia do rentista” e, por fim, as mirabolantes utopias do capitalismo civilizado que pautam *todos* os desenvolvimentismos.<sup>21</sup> Contudo, não é difícil eliminar esses ruídos. O primeiro passo envolve abandonar de vez a tipologia das “relações sociais de propriedade” como um meio de tentar preencher o hiato entre a esfera econômica e a política. Com isso é possível retornar à rota mais promissora, isto é, o esforço de recentrar o problema *na dinâmica* da luta de classes que se manifesta em *todas* as dimensões da vida social.

---

(20) Ibid, p. 57.

(21) Partindo da citação acima, não é difícil chegar à tese de que a endogeneização das forças produtivas capitalistas no espaço nacional é um objetivo tático exequível e desejável.